

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS

Praça Anchieta 10, Centro- Fone/Fax: (48) 3272.1123

CEP: 88180-000 administracao@antoniocarlos.sc.gov.br

**LICITAÇÃO Nº 061/2014**

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 040/2014**

**TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE**

**DATA DE ABERTURA: 14/05/2014**

**HORÁRIO: 9:00 hs**

**LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, situada na Praça Anchieta n° 10, Centro, Município de Antônio Carlos/SC.**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS com sede** na Praça Anchieta n° 10, Centro, Antônio Carlos/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL,** do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, orientado pela Lei (federal) n° 10.520/2002, pelo Decreto (federal) n° 3.555/2000, subsidiariamente pela Lei (federal) nº 8.666/1993, pela Lei Orgânica Municipal e por este **EDITAL**, e que receberá as propostas e a documentação até as **9:00 horas** do dia **14/05/2014**, no endereço acima referido, de conformidade com as condições que seguem:

1. **DO OBJETO**
   1. Contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços de forma contínua na manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e equipamentos rodoviários do Município de Antônio Carlos, tais como: mecânica, elétrica, hidráulico, ar condicionado, torno e solda, balanceamento, alinhamento e geometria, lataria, pintura e estofamento, na forma e condições definidas em cada lote.

**NOTAS:**

1. A revisão dos veículos e equipamentos novos, no período de garantia de fábrica, será realizada nas revendas autorizadas de forma a preservar a garantia.
2. De forma a preservar o interesse público, os pequenos serviços de prevenção e correção dos veículos e equipamentos do Município, a critério da administração, poderão ser realizados pelo funcionário ocupante do cargo de mecânico. Neste caso, as peças de reposição necessárias serão adquiridas pelo mesmo critério definido nesta licitação e respaldado pelos Prejulgados do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina referidos neste edital, ou seja, através de pesquisa de preços realizada pelo Município, ou processo licitatório, nos casos em que exigir.
3. A substituição de lâminas de moto niveladoras, dentes de retro-escavadeiras e carregadeiras, será realizada pelo funcionário do Município ocupante do cargo de mecânico. Neste caso, as peças e os materiais serão adquiridos através de processo licitatório específico realizado pelo Município. Estes serviços, portanto, não integram o objeto desta licitação.
4. **Em atendimento ao princípio da igualdade de oportunidade, mas preservando o princípio da economicidade na execução dos atos da administração, as empresas localizadas fora da distância máxima de 30 Km da sede da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos estabelecida nos lotes deste edital, e que desejarem participar deste processo licitatório, deverão se responsabilizar pelo transporte dos veículos até a oficina e da oficina até o Município, disponibilizando, para tanto, o uso de reboques e/ou plataformas.**
5. **DOS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL**
   1. Relação dos veículos de cada lote com a estimativa da quantidade de horas/homem necessárias para manutenção preventiva e corretiva (Anexo I do edital);
   2. Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no presente edital (Anexo II do edital);
   3. Declaração que não emprega menor (Anexo III do edital);
   4. Declaração de que possui instalações adequadas, na forma exigida no edital, para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva objeto deste edital (Anexo IV deste edital);
      1. Declaração quando o sócio ou proprietário da empresa licitante executar o trabalho de mecânico, pintor ou latoeiro (Anexo VI);
   5. Minuta do contrato (Anexo VII).
6. **DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**
   1. Poderão participar desta licitação todas as empresas interessadas que atuam no ramo do seu objeto e reúnam as condições de prestar com qualidade e presteza os serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos e equipamentos relacionados nos lotes constantes do Anexo I deste edital.
   2. As empresas em condições e que desejarem participar deste pregão deverão entregar ao pregoeiro, na data e horário estipulados para abertura dos envelopes, declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante do **Anexo II** e, em envelopes separados e lacrados, contendo na parte externa de cada envelope:

PROPOSTA DE PREÇOS ou DOCUMENTAÇÃO

PREGÃO – EDITAL N°\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

NOME DA EMPRESA:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

N° DO CNPJ\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

* 1. As microempresas e empresas de pequeno porte, que desejarem obter os benefícios atribuídos pela Lei Complementar (federal) n° 123/2006, deverão pleitear essa condição de acordo com os ditames daquele diploma legal.
  2. Não poderão participar desta licitação os interessados que se encontram sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação e aqueles que tenham sido declarados inidôneos ou que estejam cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com a administração pública, conforme artigo 87, inciso III, da Lei (federal) 8666/93.
  3. Também não será permitida a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.

1. **DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO**
   1. A proponente, deverá se apresentar ao pregoeiro para credenciamento do seu representante legal, de forma a habilitá-lo a participar do certame com poderes para, em nome da empresa, formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao pregão. No momento da entrega dos envelopes e da declaração constante do **Anexo II**, o representante legal se identificará exibindo a sua carteira de identidade ou outro documento equivalente.
   2. O credenciamento do representante da proponente se dará por meio de instrumento particular ou público com firma reconhecida, acompanhado de estatuto ou contrato social da empresa. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
   3. Apenas os representantes legais presentes, devidamente credenciados, poderão formular ofertas, lances verbais e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.
2. **DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES COM A PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**
   1. No dia, hora e local designados neste Edital,o pregoeiro receberá em envelopes distintos devidamente fechadose rubricados no fecho, os documentos exigidos para a proposta e para a habilitação. Os envelopes deverão indicar o número deste edital e conter, respectivamente, as indicações “PROPOSTA” ou “DOCUMENTAÇÃO”, conforme indicado no item 3.2 deste edital.
   2. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas de preços e documentos de habilitação após o prazo estabelecido.
   3. Os envelopes deverão ser entregues acompanhados pela declaração constante do **Anexo II** deste edital.
3. **DAS PROPOSTAS**
   1. A proposta comercial contida no Envelope n° 01 deverá ser apresentada digitada ou datilografada, preferencialmente em papel timbrado da licitante, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, permitido o uso de expressões técnicas de uso comum em outras línguas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

**Juntamente com a proposta de preço a empresa licitante deverá apresentar 01 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por órgão público, comprovando que a proponente tenha executado serviços compatíveis ou superiores ao licitado sob pena de desclassificação.**

* 1. Conter na proposta a razão social completa e CNPJ da licitante, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal de Serviço, caso seja a vencedora do certame.
  2. Conter especificações claras, completas e minuciosas.
  3. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da sua apresentação.
  4. Indicação precisa dos preços unitários e total para cada lote de interesse do licitante, em moeda corrente nacional, em algarismos, com duas casas decimais após a vírgula e, de preferência, também por extenso. A especificação da proposta deverá ainda atender fielmente ao solicitado neste edital.
  5. Em caso de divergência entre os preços em algarismos e por extenso, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.
  6. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos, e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.
  7. A proposta de preço deverá conter o nome do banco, o código da agência e o número da conta corrente da empresa para efeito de pagamento das faturas no caso de vencedora do certame.
  8. A apresentação da(s) proposta(s) de preços implicará em plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.
  9. Serão desclassificadas as propostas de preço que não atenderem as exigências do presente edital e seus anexos, seja por omissão, ou por apresentarem irregularidades insanáveis.

1. **DA HABILITAÇÃO**
   1. A documentação de habilitação contida no envelope n° 02 deverá conter os seguintes documentos, com validade até, no mínimo, a data inicialmente prevista para a sua abertura:
      1. Ato constitutivo da empresa, que especifique o ramo de atividade;
      2. CND – Certidão Negativa de Débito para com o INSS;
      3. CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;
      4. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
      5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, com redação dada pela Lei nº 12.440/2011.
      6. Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ);
      7. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual, se for o caso, e prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;
      8. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual;
      9. Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
      10. Declaração de que não possui em seu quadro funcional, menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos **(Anexo III** deste edital**)**;
      11. Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado através da Comarca sede da licitante;
      12. Declaração firmada pelo licitante interessado que possui instalações adequadas para realizar os serviços objeto desta licitação **(Anexo IV** deste edital**)**;
      13. Declaração de que possui espaço e instalações adequadas para executar serviços de pintura com qualquer tempo, independentemente do nível de umidade relativa do ar **(Anexo V** deste edital) – Exigência específica para os licitantes interessados no lote VII deste edital;
      14. Prova de registro funcional (ficha de registro) de pelo menos um (1) empregado na função mecânico, acompanhada de cópia da carteira de trabalho assinada pela licitante;
      15. Prova de registro funcional (ficha de registro) de pelo menos um (1) empregado na função de latoeiro e ou pintor, acompanhada de cópia da carteira de trabalho assinada pelo licitante (específico para os licitantes interessados no objeto constante do lote VII deste edital);
      16. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados e exigidos no item 7.1 deste edital, deverão estar:
          1. Em nome da licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo:
2. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
3. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial; e
4. Se a licitante for a matriz e a cumpridora do contrato for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.
   * 1. Os documentos exigidos nesta licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou mediante publicação em órgão de imprensa oficial, ou ainda, autenticados pelo Pregoeiro na sessão de abertura dos envelopes, mediante apresentação dos originais. Não serão aceitos cópias ilegíveis nem documentos enviados por fac-símile.
     2. O Município se reserva no direito de a qualquer tempo verificar “in loco” se a licitante atende os requisitos exigidos e declarados como condição para participar desta licitação.
     3. Quando o sócio ou proprietário da empresa licitante executar o trabalho de mecânico, pintor ou latoeiro esta condição deverá ser apresenta na forma do anexo VI.
5. **DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO**
   1. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço para cada lote e aquelas que apresentarem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço para cada lote.
   2. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 3 (três), serão classificadas e convocadas para participar dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços anteriormente oferecidos.
   3. Os proponentes classificados na forma dos itens 8.1 e 8.2 serão convocados pelo Pregoeiro para, individualmente, apresentarem lances verbais, iniciando pelo autor da proposta classificada de maior preço e aos demais em ordem decrescente de valor, até a proclamação do vencedor de cada lote.
   4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
   5. A oferta dos lances deverá ser efetuada, por lote, no momento em que for conferida a palavra ao representante da licitante, na ordem decrescente dos preços inicialmente ofertados.
   6. É vedada a oferta de lance com decréscimo considerado inexpressivo ou com vista ao empate de preço.
   7. Dos lances ofertados não caberá retratação.
   8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convidado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.
   9. Caso os licitantes classificados para cada lote não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o Pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
   10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
   11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo para cada lote, comparando-a com os valores consignados como referência, decidindo, motivadamente, pelo vencedor para cada lote do certame.
   12. Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço para cada lote, o Pregoeiro procederá a abertura de seu envelope n° 2 – DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 7 deste Edital.
   13. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.
   14. Em caso de a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.
   15. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vista a obter preço melhor.
   16. Excepcionalmente quando for o caso, o Pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.
   17. A suspensão referir-se-á apenas ao item questionado, prosseguindo-se quanto aos demais objetos.
   18. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro declarará a(s) Licitante(s) vencedora(s), proporcionando, a seguir, a oportunidade às demais licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso eventualmente apresentados, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo, em secretaria.
   19. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo dos outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com o item acima.
   20. A ata circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.
   21. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.
6. **DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO**
   1. No julgamento das propostas, será considerada vencedora do certame a proposta de menor preço em cada lote, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.
   2. O objeto deste Pregão será adjudicado, por lote, à licitante cuja proposta seja considerada vencedora.
7. **DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**
   1. Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 3 (três) dias consecutivos para apresentação das razões do recurso.
   2. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 3 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo do recorrente.
   3. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.
   4. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
   5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
   6. O(s) recurso(s) será(ao) encaminhado(s) de imediato ao Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.
8. **DAS PENALIDADES**
   1. O descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas neste edital poderá sujeitar a CONTRATADA, garantida a ampla defesa, às seguintes sanções, sem prejuízo da aplicação cumulativa com as penalidades previstas na Lei de Licitações:
      1. Multa de 10% (dez por cento), aplicável sobre o valor previsto do contrato, se a contratada não reunir as condições que declarou possuir para execução do objeto desta licitação ou pelo descumprimento do contrato;
      2. Multa de 20% (cinco por cento), por inadimplemento parcial, aplicável sobre o valor do item inadimplido;
      3. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso no cumprimento de qualquer obrigação decorrente deste edital, até o limite de 30% (trinta por cento), incidente sobre o valor da obrigação cumprida com atraso.
   2. A administração poderá deixar de aplicar as penalidades supramencionadas se admitidas as justificativas apresentadas, nos termos da Lei de Licitações.
   3. As multas que porventura a contratada der causa poderão, a critério da Administração, ser descontadas da fatura concernente ao objeto desta licitação.
   4. Nos termos da legislação pertinente, se o licitante deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais, poderá ficar, pelo prazo de até 2 (dois) anos impedido de contratar com o Município.
9. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
   1. As despesas com a(s) contratação(ões) decorrente(s) do presente Pregão correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária para 2014, conforme abaixo identificadas:

(105) 06.01.2.019.3.3.90;

(125) 07.01.2.022.3.3.90;

1. **DA ASSINATURA DO CONTRATO, VIGÊNCIA E REAJUSTE DE PREÇO**
   1. Após a homologação do resultado da licitação, a(s) vencedora(s) será(ao) notificada(s) e convocada(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, assinar(em) o contrato **(Anexo VII** deste edital**)**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções prevista neste Edital.
   2. Caso a licitante vencedora do certame recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, a licitante subseqüente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela proposta, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retornando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o Pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.
   3. O contrato terá vigência pelo prazo 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura e poderá, a critério da administração, ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei 8666/83.
   4. O preço cotado para cada hora/homem não será reajustado dentro do prazo de doze meses. Havendo prorrogação de prazo na forma do item anterior, o preço cotado poderá ser reajustado pelo índice oficial de inflação medido pelo INPC acumulado dos últimos doze meses já publicado.
2. **DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. **Em havendo necessidade de serviço previsto no lote I deste edital:**
      1. O responsável pela Unidade Administrativa em que o veículo estiver lotado o encaminhará à empresa vencedora do certame para, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contado a partir da chegada do veículo na oficina ou, contado da notificação do evento se a contratada for a responsável pelo transporte do veículo até a oficina nos termos da nota n° 4 do item 1 deste edital, apresentar orçamento de preço para sua recuperação, mediante estimativa da quantidade de hora/homem necessária e pelo menos dois orçamentos de preços das peças novas originais necessárias fornecidos por revendedor autorizado pela montadora da marca do veículo. De posse dos orçamentos, a autoridade competente do Município poderá ainda negociar o valor com a contratada e então autorizar a execução dos serviços mediante empenho da despesa.
      2. Quando entender conveniente, o Município poderá buscar outros orçamentos de peças e, obtendo menor preço, a contratada se obriga a realizar os serviços praticando os preços desse orçamento mais vantajoso para a administração.
      3. Os serviços autorizados deverão ser executados e entregues no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço, salvo situações mais complexas, que notadamente exigem mais tempo para a execução dos serviços autorizados, desde que previamente acordado e constante da Autorização do Serviço.
      4. As peças substituídas deverão acompanhar o veículo na entrega dos serviços como prova de suas substituições.
   2. **Em havendo necessidade de serviço previsto no lote II deste Edital:**
      1. O responsável pela Unidade Administrativa em que o equipamento estiver lotado fará contato com a contratada para, no prazo de até 24 (vinte quatro) horas, contado dessa notificação, avaliar o equipamento no local em que se encontrar, sem custo para a administração, e apresentar orçamento de preço para sua recuperação mediante estimativa da quantidade de hora/homem necessária e pelo menos dois orçamentos de preços das peças necessárias. De posse dos orçamentos, a autoridade competente do Município poderá ainda negociar o valor com a contratada e então autorizar a execução dos serviços mediante empenho da despesa.
      2. Quando entender conveniente, o Município poderá pesquisar junto às oficinas autorizadas pela montadora da marca do equipamento, o tempo por ela estimado para realização do serviço a ser autorizado e, sendo menor do que o tempo orçado na forma do item 14.3.1, a contratada se obriga a realizar os serviços e cobrar com base no tempo indicado pela oficina autorizada.
      3. Quando entender conveniente, o Município poderá buscar outros orçamentos de peças e, obtendo menor preço, a contratada se obriga a realizar os serviços praticando os preços desse orçamento mais vantajoso para a administração.
      4. Havendo necessidade, o deslocamento do equipamento até a oficina e o seu retorno até o local de trabalho será por conta da Prefeitura, exceção feita se a oficina da contratada estiver localizada fora da distância máxima estabelecida no item 1.3 deste edital, situação em que os deslocamentos serão feitos às suas expensas.
      5. Os serviços autorizados deverão ser executados e entregues no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço, salvo situações mais complexas, que notadamente exigem mais tempo para execução dos serviços autorizados, desde que previamente acordado e constante da Autorização de Execução dos Serviços.
      6. Os serviços executados e as peças fornecidas terão garantia de 6 (seis) meses sem limite de hora trabalhada, contados da data da entrega dos serviços e de emissão da nota fiscal correspondente, de forma que se apresentarem problemas de funcionamento nesse período, as peças deverão ser substituídas e/ou os serviços refeitos sem nenhum ônus para o Município.
      7. As peças substituídas deverão acompanhar o equipamento na entrega dos serviços como prova de sua substituição.
   3. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) apresentar na assinatura do contrato cópia autenticada da apólice do seguro garantia de pátio relativo ao valor total dos veículos constantes do(s) lote(s) a que se sagrar vencedora, vez que eventual dano ou furto do veículo entregue para conserto é de responsabilidade da contratada. Quando a contratada for a responsável pelos deslocamentos do veículo ou equipamento até a oficina e da oficina até o Município, responderá integralmente por eventual causado aos bens durante esse procedimento.
   4. A contratada deverá executar os serviços objeto desta licitação em suas dependências ou no local onde o Município indicar quando os serviços se referirem aos equipamentos do lote II, vedada a terceirização de serviços, salvo aqueles previamente acordados com o Município e relacionados a parte elétrica, ar condicionado, balanceamento e geometria.
   5. O Município se reserva no direito de designar um servidor municipal para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços autorizados.
3. **DO PAGAMENTO**
   1. O contratado deverá apresentar ao contratante quinzenalmente (dia 1° e dia 15 de cada mês), as Notas Fiscais dos serviços autorizados e realizados na quinzena imediatamente anterior, acompanhadas das respectivas autorizações de fornecimento (AF) para análise, liquidação da despesa pela autoridade administrativa competente e emissão da respectiva ordem de pagamento.
   2. Para cada Autorização de Fornecimento (AF) deve ser emitida uma Nota Fiscal de Serviços e uma Nota Fiscal de Peças quando for o caso, ou uma Nota Fiscal para serviços e peças se esta for do tipo: “agregada”. A Nota Fiscal deve ser emitida em nome da Unidade Gestora indicada na Autorização de Fornecimento (Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Fundo Municipal de Saúde de Antônio Carlos, etc.). A Nota Fiscal de peças e a Nota Fiscal do tipo: “agregada” deverá ser eletrônica, conforme exigência da Secretaria de Estado da Fazenda. A Nota Fiscal de peças poderá ser emitida pela empresa fornecedora escolhida por ter apresentado o orçamento de menor preço.
4. Os serviços realizados na primeira quinzena de cada mês serão pagos até o dia 27 (vinte e sete) do mesmo mês, e os serviços realizados na segunda quinzena de cada mês serão pagos até o dia 12 (doze) do mês imediatamente seguinte através de depósito em conta da contratada, observado em ambos os casos a ordem cronológica de vencimento das faturas para cada fonte de recursos. Se os serviços forem executados dentro do Município de Antônio Carlos, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza devidos se for o caso, será retido no momento do pagamento da fatura.
5. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
   1. Recomendam-se aos licitantes que estejam no local marcado para a Sessão Pública de Abertura dos Envelopes, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do horário previsto.
   2. É obrigatória a presença da licitante ou de seu representante, em todas as Sessões Públicas referentes ao procedimento, para exercer o direito de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, sob pena de exclusão do certame.
   3. O Município se reserva do direito de filmar e/ou gravar as Sessões e utilizar este meio como prova.
   4. O Município se reserva do direito também de não contratar todas as horas/homem registradas como estimativa de necessidade pelo prazo de doze meses em cada lote, como também se reserva do direito de aditar as quantidades estimadas em até 25%.
   5. Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax, telefone, e-mail, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.
   6. A licitante vencedora fará constar nas notas fiscais o nome do banco, agência e número da conta corrente, observando-se que o descumprimento deste poderá originar atraso no pagamento e, neste caso, inexistirá qualquer ônus para o Município.
   7. No interesse da administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, a abertura da licitação poderá ser adiada e as condições do edital alterado, obedecendo neste caso, o disposto na Lei de Licitações.
   8. Fica eleito o Foro da Comarca de Biguaçu - SC para dirimir questões oriundas desta licitação, com renúncia expressa a qualquer outra.
   9. As empresas ou pessoas que desejarem obter informações, elementos e/ou esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento do seu objeto deverão dirigir-se ao seguinte endereço e horário: Praça Anchieta, nº. 10, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina, diariamente, das 07:30 as 11:30 das 13:00 as 17:00 horas; telefone: (48) 3272-1123, e-mail: [administracao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:administracao@antoniocarlos.sc.gov.br) ou [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos, 28 de abril de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**ANEXO I**

**MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO N° 061/2014**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2014**

**LOTE I – MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS – MOTONIVELADORA, TRATOR DE ESTEIRA E BOB CAT**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PLACA** | **MARCA** | **MODELO** | **COR** | **ANO** | **COMBUSTÍVEL** | **LOTAÇÃO** |
| MCARE 01 | BOBCAT | MINI CARREGADEIRA COMPACTA 175B | BRANCA | 2010 | DIESEL | SEC. DE OBRAS (DMER) |
| CAREM 01 | MICHIGAN | CARREGADEIRA MICHIGAN 75 III | AMARELA | 1986 | DIESEL | SEC. DE OBRAS (DMER) |
| MOTNV 02 | HUBER WARCO | MOTONIVELADORA (PATROLA) HWB 130M | AMARELA | 1980 | DIESEL | SEC. DE OBRAS (DMER) |
| MOTNV 01 | HUBER WARCO | MOTONIVELADORA (PATROLA) HWB 130M | AMARELA | 1970 | DIESEL | SEC. DE OBRAS (DMER) |
| TRATE 03 | FIATALLIS | TRATOR DE ESTEIRA FD-9 | AMARELA | 1995 | DIESEL | SEC. OBRAS (DMER) |
| TRATRAN | BRASELIO | TRATOR TRANSPORTADOR BTB17DL | AMARELA | 2014 | DIESEL | SEC. OBRAS |

**ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORA/HOMEM PARA 12 MESES E PREÇO REFERÊNCIA PARA O LOTE IV**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Quantidade de  Hora/homem | Especificação dos Serviços | Valor limite a ser pago por hora/homem  R$ | Valor total a ser Contratado  R$ |
| 750 | Manutenção preventiva e corretiva das máquinas e equipamentos rodoviários acima relacionados e outros da mesma natureza que forem adquiridos pelo Município ao longo da vigência do contrato decorrente deste processo licitatório, tais como: mecânica, elétrica, pintura, hidráulico e outros eventualmente aqui não elencados, **com o fornecimento de peças originais novas, materiais e insumos que se fizerem necessários,** devendo o atendimento ser efetuado num **raio de 30 Km** da sede da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, percorridos pelas principais rodovias (SC-408 e BR-101). | 80,00 | **60.000,00** |

**LOTE II - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS – MÁQUINAS AGRÍCOLAS RETROESCAVADEIRAS**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PLACA** | **MARCA** | **MODELO** | **COR** | **ANO** | **COMBUSTÍVEL** | **LOTAÇÃO** |
| RETRO | CATERPILAR | RETRO ESCAVADEIRA 416 E 4X4 | AMARELA | 2007 | DIESEL | SEC. DE OBRAS (DMER) |
| RETRO | CASE | RETRO ESCAVADEIRA 580 M 4X4 | AMARELA | 2010 | DIESEL | SEC. AGRICULTURA |
| TRATA 01 | NEW HOLLAND | TRATOR AGRICOLA TL 70 D 2X2 | AZUL | 1998 | DIESEL | SEC. AGRICULTURA |
| TRATA02 | VALTRA | TRATOR AGRICOLA 785 4X4 | AMARELA | 2005 | DIESEL | SEC. AGRICULTURA |
| ESCAH 01 | HYUNDAI | ESCAVADEIRA HIDRAULICA | AMARELA | 2010 | DIESEL | SEC.OBRAS |
| ESCAH 02 | NEW HOOLAND | ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E 175B | AMARELA | 2009 | DIESEL | SEC. AGRICULTURA |
| RETRO | CATERPILAR | RETRO ESCAVADEIRA 416 E 4X4 | AMARELA | 2013 | DIESEL | SEC. AGRICULTURA |
| TRATA 03 | NEW HOLLAND | TRATOR AGRICOLA | AZUL | 2013 | DIESEL | SEC. AGRICULTURA |

**ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORA/HOMEM PARA 12 MESES E PREÇO REFERÊNCIA PARA O LOTE II**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Quantidade de  Hora/homem | Especificação dos Serviços | Valor limite a ser pago por hora/homem  R$ | Valor total a ser Contratado  R$ |
| 750 | Manutenção preventiva e corretiva das máquinas e equipamentos rodoviários acima relacionados e outros da mesma natureza que forem adquiridos pelo Município ao longo da vigência do contrato decorrente deste processo licitatório, tais como: mecânica, elétrica, pintura, hidráulico e outros eventualmente aqui não elencados, **com o fornecimento de peças originais novas, materiais e insumos que se fizerem necessários** devendo o atendimento ser efetuado num **raio de 30 Km** da sede da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, percorridos pelas principais rodovias (SC-408 e BR-101). | 80,00 | **60.000,00** |

**ANEXO II**

**EDITAL DE LICITAÇÃO N° 061 /2014**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2014**

**DECLARAÇÃO**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome da empresa), com sede na\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(endereço da empresa), CNPJ\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por seu representante legal infra-assinado, declara sob as penas da lei e deste edital, que cumpre integralmente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital de Licitação.

E, por ser verdade, dato e assino a presente declaração.

Data

Assinatura do Representante Legal da Empresa.

**ANEXO III**

**EDITAL DE LICITAÇÃO N° 061/2014**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2014**

**DECLARAÇÃO QUE ATENDE O INCISO V DO ARTIGO 27, DA LEI 8.666/93.**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome da empresa), com sede na\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(endereço da empresa), CNPJ\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por seu representante legal infra-assinado, em atenção ao inciso V do art. 27, da Lei n. 8666/93, acrescido pela Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999, declara, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida no art. 7°, inciso XXXIII, da Constituição da República, ou seja, de que não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho (exceto aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Data

Nome e assinatura do representante legal c/ carimbo da empresa

**ANEXO IV**

**EDITAL DE LICITAÇÃO N° 061/2014**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2014**

**DECLARAÇÃO**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome da empresa), com sede na\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(endereço da empresa), CNPJ\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por seu representante legal infra-assinado, declara sob as penas da lei e deste edital, que possui em sua oficina instalações adequadas para realizar com qualidade e presteza os serviços objeto desta licitação e do seu interesse em cotar preços, na forma exigida neste edital.

E, por ser verdade, dato e assino a presente declaração.

Data

Assinatura do Representante Legal da Empresa.

**ANEXO V**

**EDITAL DE LICITAÇÃO N° 061/2014**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2014**

**DECLARAÇÃO**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome da empresa), com sede na\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(endereço da empresa), CNPJ\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por seu representante legal infra-assinado, declara sob as penas da lei e deste edital, que possui espaço e instalações adequadas em sua oficina para realização de serviços constantes do lote VII com qualquer tempo, independentemente do nível de umidade relativa do ar.

E, por ser verdade, dato e assino a presente declaração.

Data

Assinatura do Representante Legal da Empresa.

**ANEXO VI**

**EDITAL DE LICITAÇÃO N° 061/2014**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2014**

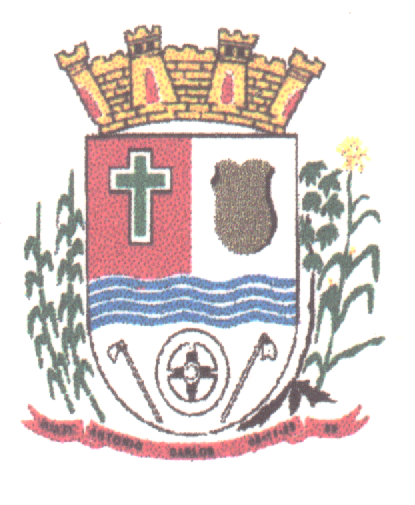
**DECLARAÇÃO**

Eu,......................., brasileiro, casado, portador da RG nº ............., CPF nº ................, residente e domiciliada a Rua ..............., nº, na cidade de ................, (proprietário/Sócio) da empresa.................................................................., com sede na.................................(endereço da empresa), CNPJ\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declaro sob as penas da lei e deste edital, que executo os trabalhos de ...............................(mecânico/ pintor/ latoeiro) com qualidade e presteza para os serviços objeto desta licitação, na forma exigida neste edital.

E, por ser verdade, dato e assino a presente declaração.

Data

Assinatura .



#### ESTADO DE SANTA CATARINA

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS

Praça Anchieta 10, Centro - Fone/Fax (48) 3272.1123 - 3272.1222

CEP: 88180-000 administracao@antoniocarlos.sc.gov.br

**MINUTA DE CONTRATO Nº \_\_\_\_\_/2014**

Contrato de prestação de serviços de forma continuada na manutenção preventiva e corretiva de automóveis, caminhões, ônibus e equipamentos do Município de Antônio Carlos, tais como: serviços de mecânica, serviços na parte elétrica, serviços hidráulico, serviços de lataria, pintura e estofamento, serviços em ar condicionado, serviços de torno solda, balanceamento e geometria, **com o fornecimento de peças novas e originais, materiais e insumos que se fizerem necessários**, conforme relação dos veículos constante dos lotes I a VIII e outros veículos da mesma natureza que forem adquiridos pelo Município ao longo da vigência deste contrato. (Ementa a ser ajusta de acordo com o objeto da vencedora do certame)

Contrato que entre si celebram o Município de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça Anchieta n° 10, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor ANTÔNIO PAULO REMOR, doravante denominada simplesmente de MUNICÍPIO e a Empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_., registrado no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representado por seu representante legal Senhor \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do processo de licitação nº 046/2014modalidade – PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2014, tipo MENOR PREÇO em cada lote, homologado em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, mediante sujeição mútua ás normas constantes da Lei (federal) n° 10.520/2002, Decreto (federal) n° 3.555/2000, subsidiariamente pela Lei (federal) nº 8.666/93, ao edital antes citado, à proposta de preço e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

* 1. Contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços de forma contínua na manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e equipamentos rodoviários do Município de Antônio Carlos, tais com: mecânica, elétrica, hidráulico, ar condicionado, torno e solda, balanceamento, alinhamento e geometria, lataria, pintura e estofamento, na forma e condições definidas em cada lote.

Notas:

1. A revisão dos veículos e equipamentos novos, no período de garantia de fábrica, será realizada nas revendas autorizadas de forma a preservar a garantia.
2. De forma a preservar o interesse público, os pequenos serviços de prevenção e correção dos veículos e equipamentos do Município, a critério da administração, poderão ser realizados pelo funcionário ocupante do cargo de mecânico. Neste caso, as peças de reposição necessárias serão adquiridas pelo mesmo critério definido nesta licitação e respaldado pelos Prejulgados do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina referidos neste edital, ou seja, através de pesquisa de preços realizada pelo Município, ou processo licitatório, nos casos em que exigir.
3. A substituição de lâminas de motos niveladoras, dentes de retro-escavadeiras e carregadeiras, será realizada pelo funcionário do Município ocupante do cargo de mecânico. Neste caso, as peças e os materiais serão adquiridos através de processo licitatório específico realizado pelo Município. Estes serviços, portanto, não integram o objeto desta licitação.
4. **Em atendimento ao princípio da igualdade de oportunidade, mas preservando o princípio da economicidade na execução dos atos da administração, as empresas localizadas fora da distância máxima de 30 Km da sede da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos estabelecida nos lotes deste edital, e que desejarem participar deste processo licitatório, deverão se responsabilizar pelo transporte dos veículos até a oficina e da oficina até o Município, disponibilizando, para tanto, o uso de reboques e/ou plataformas.**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL**

* 1. Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos: Normas e Especificações da ABNT, Proposta da Contratada, Edital de Licitação nº 061/2014 e seus anexos, além das normas e instruções legais vigentes, que lhe sejam aplicáveis.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, REAJUSTE E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Por este instrumento, a contratada se obriga a realizar os serviços constantes do objeto do Contrato pelo preço de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_a hora/homem, num total previsto de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ para 12 (doze) meses e nas condições estabelecidas no Edital de Licitação n° 046/2014.

3.2. O valor deste contrato não será reajustado dentro do prazo de doze meses. Havendo prorrogação de prazo na forma do 6.1, o valor poderá ser reajustado pelo índice oficial de inflação medido pelo INPC acumulado dos últimos doze meses e já publicado.

3.3. O contratado deverá apresentar ao contratante quinzenalmente (dia 1° e dia 15 de cada mês), as Notas Fiscais dos serviços autorizados e realizados na quinzena imediatamente anterior, acompanhadas das respectivas autorizações de fornecimento (AF) para análise, liquidação da despesa pela autoridade administrativa competente e emissão da respectiva ordem de pagamento.

* 1. Para cada Autorização de Fornecimento (AF) deve ser emitida uma Nota Fiscal de Serviços e uma Nota Fiscal de Peças quando for o caso, ou uma Nota Fiscal para serviços e peças se esta for do tipo: “agregada”. A Nota Fiscal deve ser emitida em nome da Unidade Gestora indicada na Autorização de Fornecimento (Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Fundo Municipal de Saúde de Antônio Carlos, etc.). A Nota Fiscal de peças e a Nota Fiscal do tipo: “agregada” deverá ser eletrônica, conforme exigência da Secretaria de Estado da Fazenda. A Nota Fiscal de peças poderá ser emitida pela empresa fornecedora escolhida por ter apresentado o orçamento de menor preço.
  2. Os serviços realizados na primeira quinzena de cada mês serão pagos até o dia 27 (vinte e sete) do mesmo mês, e os serviços realizados na segunda quinzena de cada mês serão pagos até o dia 12 (doze) do mês imediatamente seguinte através de depósito em conta da contratada, observado em ambos os casos a ordem cronológica de vencimento das faturas para cada fonte de recursos.
  3. Se os serviços forem executados dentro do Município de Antônio Carlos, o Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza devido se for o caso, será retido no momento do pagamento da fatura.

##### **CLÁUSULA QUARTA – DA COMUNICAÇÃO DO PAGAMENTO**

4 – No ato da liquidação da despesa oriunda deste contrato, o Município, pelo seu serviço de contabilidade, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos à contratada, através da publicação de todas as compras realizadas.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS DESPESAS E DAS FONTES DOS RECURSOS

5.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta de recursos alocados na Lei Orçamentária Anual de 2014, conforme dotações abaixo especificadas:

(105) 06.01.2.019.3.3.90;

(125) 07.01.2.022.3.3.90;

#### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DESTE CONTRATO

* 1. Este contrato terá vigência pelo prazo 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura e poderá, a critério da administração, ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei 8666/83.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

* 1. A contratada responsável pela execução dos serviços constantes dos itens 1.1 deste contrato deverá, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da chegada do veículo na oficina ou, contado da notificação do evento se a contratada for a responsável pelo transporte do veículo até a oficina nos termos da nota n° 4 do item 1 deste edital, apresentar à contratante orçamento de preço para sua recuperação, mediante estimativa da quantidade de hora/homem necessária e pelo menos dois orçamentos de preços das peças novas originais necessárias, fornecidos por revendedora autorizada pela montadora da marca do veículo. De posse dos orçamentos, a autoridade competente do Município poderá ainda negociar o valor com a contratada e então autorizar a execução dos serviços mediante empenho da despesa.
  2. Quando entender conveniente, o Município poderá pesquisar junto às oficinas autorizadas pela montadora da marca do veículo, o tempo por ela estimado para realização dos serviços constantes do item 1.1 deste contrato a ser autorizado e, sendo menor do que o tempo orçado, a contratada se obriga a realizar os serviços e cobrar com base no tempo indicado pela oficina autorizada.
  3. Quando entender conveniente, o Município poderá também buscar outros orçamentos de peças e, obtendo menor preço, a contratada se obriga a realizar os serviços praticando os preços desse orçamento mais vantajoso para a administração.
  4. A contratada deverá executar e entregar os serviços autorizados e constantes dos itens 1.1 deste contrato no prazo de até 3 (três) dias úteis e até 5 (cinco) dias úteis, respectivamente, contados do recebimento da Ordem de Serviço, ou no prazo previamente acordado e constante da Autorização do Serviço.
  5. A contratada responsável pela execução dos serviços constantes do item 1.1 deste contrato deverá, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contado da notificação, avaliar o equipamento no local em que se encontrar sem custo para a administração, e apresentar orçamento de preço para sua recuperação mediante estimativa da quantidade de hora/homem necessária e pelo menos dois orçamentos de preços das peças necessárias. De posse dos orçamentos, a autoridade competente do Município poderá ainda negociar o valor com a contratada e então autorizar a execução dos serviços mediante empenho da despesa.
     1. Quando entender conveniente, o Município poderá pesquisar junto às oficinas autorizadas pela montadora da marca do equipamento, o tempo por ela estimado para realização do serviço a ser autorizado e, sendo menor do que o tempo orçado, a contratada se obriga a realizar os serviços e cobrar com base no tempo indicado pela oficina autorizada.
     2. Quando entender conveniente, o Município poderá buscar outros orçamentos de peças e, obtendo menor preço, a contratada se obriga a realizar os serviços praticando os preços desse orçamento mais vantajoso para a administração.
     3. Havendo necessidade, o deslocamento do equipamento até a oficina e o seu retorno até o local de trabalho será por conta da Prefeitura, exceção feita se a oficina da contratada estiver localizada fora da distância máxima estabelecida no item 1.3 deste contrato, situação em que os custos dos deslocamentos serão de responsabilidade da contratada.
     4. A contratada deverá executar e entregar os serviços autorizados e constantes dos itens 1.3 deste contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço, ou no prazo previamente acordado e constante da Autorização do Serviço.
  6. Os serviços executados e as peças fornecidas serão garantidos pela contratada pelo prazo 6 (seis) meses, sem limite de quilometram ou limite de horas trabalhadas, contados da data da entrega dos serviços e de emissão da nota fiscal correspondente, de forma que se apresentarem problemas de funcionamento nesse período, as peças deverão ser substituídas e/ou os serviços refeitos pela contratada sem nenhum ônus para o Município.
  7. As peças substituídas deverão acompanhar o veículo na entrega dos serviços como prova de suas substituições
  8. Eventual dano ou furto de veículo ou equipamento entregue para conserto é de responsabilidade integral da contratada mediante apresentação de cópia autenticada da apólice de seguro garantia de pátio para cobertura do valor total dos veículos constantes de cada lote contratado.
  9. Os serviços objeto desta licitação deverão ser executados em suas dependências ou no local onde o Município indicar quando os serviços se referirem aos equipamentos do lote 5, vedada a terceirização de serviços, salvo aqueles previamente acordado com o Município e relacionados à parte elétrica, ar condicionado, balanceamento e geometria.
  10. Aceitar a presença de servidor municipal designado para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços autorizados.
  11. Manter, durante toda a execução deste contrato, as condições mínimas inicialmente exigidas para execução do objeto contratado.
  12. Emitir nota fiscal eletrônica quando exigida pela legislação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES À CONTRATADA

* 1. O descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas neste contrato poderá sujeitar a contratada, garantida a ampla defesa, às seguintes sanções, sem prejuízo da aplicação cumulativa com as penalidades previstas na Lei de Licitações:
     1. Multa de 10% (dez por cento), aplicável sobre o valor previsto do contrato, se a contratada não reunir as condições que declarou possuir para execução do objeto desta licitação ou pelo descumprimento do contrato.
     2. Multa de 20% (cinco por cento), por inadimplemento parcial, aplicável sobre o valor do item inadimplido.
     3. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso no cumprimento de qualquer obrigação, decorrente deste edital, até o limite de 30% (trinta por cento), incidente sobre o valor da obrigação cumprida com atraso.
  2. A administração poderá deixar de aplicar as penalidades supramencionadas se admitida as justificativas apresentadas, nos termos da Lei de Licitações.
  3. As multas que porventura a contratada der causa poderão, a critério da Administração, ser descontadas da fatura concernente ao objeto desta licitação.
  4. Nos termos da legislação pertinente, se o licitante deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais, poderá ficar, pelo prazo de até 2 (dois) anos impedido de contratar com o Município.
  5. As multas aplicadas não impedem que o Município rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções previstas no edital, neste contrato e na lei de licitações.

#### CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS DO MUNICÍPIO

1. Neste contrato, são conferidas ao Município as prerrogativas de:
   1. Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da contratada.
   2. Rescindi-lo, unilateralmente, nas hipóteses da cláusula 12;
   3. Aplicar as penalidades previstas pela a inexecução total ou parcial do ajustado;

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

1. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:
   1. Por acordo das partes:
      1. Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstância superveniente, mantido o valor inicial aditado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de execução do objeto.
      2. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorrido após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste para mais ou para menos, conforme o caso.
      3. Havendo alteração unilateral deste contrato que aumente os encargos da contratada o Município deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.
   2. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias deste Contrato poderão ser alteradas mediante prévia concordância da contratada.
   3. Na hipótese de modificação unilateral deste Contrato, as suas cláusulas econômico-financeiras, deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. O presente Contrato poderá ser rescindido:
   1. De forma amigável, por acordo entre as partes, desde que haja, com precedência, autorização escrita e fundamentada do Prefeito Municipal e conveniência para o Município.
   2. Por ato unilateral e escrito do Município, desde que motivado, assegurado o contraditório e a ampla defesa, precedido de autorização escrita e fundamentada do Prefeito Municipal e com base nos seguintes motivos:
      1. O não cumprimento pela Contratada de cláusulas contratuais.
      2. O cumprimento irregular pela Contratada de cláusulas contratuais.
      3. O atraso injustificado da Contratada na execução dos serviços autorizados.
      4. A subcontratação total ou parcial de serviços não previstos neste contrato ou sem anuência da contratante.
      5. A decretação de falência da contratada.
      6. A dissolução da contratada.
      7. A alteração social, a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada, que prejudique a execução deste contrato.
      8. Razões de interesse público, invocado pelo Município, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal e exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato.
      9. A ocorrência, invocado pelo Município, de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução deste contrato.
      10. Por ato da contratada, desde que não tenha concorrido para a rescisão, garantido o contraditório e a ampla defesa, quando o Município:
          1. Não cumprir cláusulas deste contrato.
          2. Cumprir irregularmente cláusulas contratuais.
          3. Suspender a execução do objeto, por ordem escrita do Prefeito Municipal, por prazo superior a 120 (cento e vinte dias), salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou, ainda, repetir suspensões que totalizem o mesmo prazo.
          4. Atrasar por mais de 60 (sessenta) dias os pagamentos devidos, relativos ao objeto ou as parcelas deste que já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem ou guerra, ficando assegurado à contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até ser normalizada a situação.
          5. Alegar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada e que impeça a execução deste contrato.
   3. Fundamentada a rescisão em um dos itens 11.2.10.1 a 11.2.10.5 deste contrato e desde que não haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito ao pagamento devido pelo que já tiver executado do objeto contratual até a data da rescisão.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO**

12.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

12.2. A nulidade não exonera o Município do dever de indenizar a contratada pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contando que não lhe sejam imputáveis, cabendo ao Município promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

##### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

13. À contratada cabe:

13.1. Recurso ao Prefeito Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, nos casos de:

13.1.1. Rescisão do contrato pelo Município, pelo não cumprimento de cláusulas contratuais.

13.1.2. Aplicação pelo Município das penalidades de suspensão temporária ou de multa.

13.2. Representação ao Prefeito Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação relacionada com o objeto deste contrato, de que não caiba recurso.

13.3. A intimação, na hipótese do item 13.1 será feita mediante publicação na imprensa oficial do Município.

13.4. O Prefeito Municipal, justificadamente e presentes razões de interesse público poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso.

13.5. O recurso será dirigido ao Prefeito Municipal que proferirá a decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.6. Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao contratado.

##### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA**

14. Este Contrato vincula as partes ao Edital de Licitação n° 046/2014 – Pregão Presencial nº 033/2014 e á Proposta da contratada.

##### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

15. As partes elegem o foro da Comarca e Biguaçu para dirimir qualquer questão contratual com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

16. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei (federal) n° 10.520/2002, Decreto (federal) n° 3555/2000 e subsidiariamente a Lei (federal) nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordados e ajustados, Município e Contratada assinam este Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

Antônio Carlos, \_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_/2014.

|  |  |
| --- | --- |
| ANTÔNIO PAULO REMOR  Prefeito Municipal  CONTRATANTE | REPRESENTANTE LEGAL EMPRESA LCITANTE VENCEDORA  CONTRATADO |

Testemunhas:

|  |
| --- |
|  |